

RECURSOS MULTIMODAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS EM PERSPECTIVA INCLUSIVA

Debora Pinheiro de Andrade¹, José Mário Bispo Gonçalves Júnior²

*¹Colegio Social de Aprendizagem e Cultura Integrada, Ipirá, Brasil
moa.pinheiro@hotmail.com*

*²Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana,
Brasil*

Resumo: A pesquisa analisa as contribuições dos jogos, das imagens e dos recursos multimodais para a promoção de práticas inclusivas no ensino de História. Desenvolvida por meio de revisão bibliográfica qualitativa, fundamenta-se em referenciais da Educação Inclusiva, do ensino de História e do Desenho Universal para a Aprendizagem. Os resultados evidenciam que esses recursos ampliam a participação, favorecem a aprendizagem significativa e contribuem para a construção de práticas pedagógicas mais acessíveis e democráticas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Ensino de História; Recursos multimodais; Jogos educativos; Desenho Universal para a Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos principais paradigmas da educação contemporânea ao defender o direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem em ambientes escolares comuns, respeitando suas singularidades e necessidades educacionais. No Brasil, esse princípio foi fortalecido por importantes marcos legais, entre os quais se destacam a Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018). Esses documentos reafirmam que a inclusão escolar ultrapassa a garantia de matrícula, exigindo práticas pedagógicas capazes de assegurar a aprendizagem e a participação efetiva de todos os estudantes.

Nesse cenário, a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva compreende que a diversidade constitui uma característica inerente ao contexto escolar e, por isso, o currículo, as metodologias, os recursos didáticos e os processos avaliativos devem ser organizados de forma a minimizar barreiras e ampliar as oportunidades de aprendizagem. Conforme argumenta Mantoan (2015), a inclusão implica transformar a escola e suas práticas pedagógicas, substituindo modelos homogêneos por propostas que reconheçam e valorizem as diferenças como elemento constitutivo do processo educativo.

No ensino de História, essa discussão adquire especial relevância, considerando que esse componente curricular desempenha papel fundamental na formação da consciência histórica, da cidadania, da identidade e do pensamento crítico dos estudantes (Bittencourt, 2018; Prats, 2016). Entretanto, ainda predominam práticas de ensino centradas na exposição oral, na reprodução de conteúdos e na utilização quase exclusiva do livro didático, limitando as possibilidades de participação de estudantes com diferentes estilos de aprendizagem e daqueles que compõem o público-alvo da Educação Especial. Tal realidade evidencia a necessidade de repensar as estratégias pedagógicas utilizadas nas aulas de História, buscando alternativas que promovam maior acessibilidade, interação e construção significativa do conhecimento.

Entre essas possibilidades, destacam-se os recursos multimodais, compreendidos como diferentes linguagens e formas de representação utilizadas para mediar os processos de ensino e aprendizagem. Imagens, mapas, vídeos, jogos educativos, infográficos, documentos históricos digitalizados, objetos educacionais digitais e plataformas interativas ampliam as formas de acesso aos conteúdos históricos e favorecem diferentes modos de participação dos estudantes.

Na perspectiva dos multiletramentos, Rojo (2012) defende que a escola deve incorporar múltiplas linguagens presentes na cultura contemporânea, enquanto Coscarelli (2016) destaca que as tecnologias digitais precisam estar articuladas ao desenvolvimento de práticas pedagógicas críticas, colaborativas e significativas.

As contribuições da teoria histórico-cultural de Vygotsky (2007) reforçam que a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais e da mediação realizada pelo professor, que organiza situações capazes de favorecer o desenvolvimento dos estudantes. Nessa perspectiva, os recursos multimodais assumem papel de instrumentos mediadores da aprendizagem, possibilitando diferentes caminhos para a construção do conhecimento histórico. De forma complementar, Moran (2013) ressalta que a utilização das tecnologias e das metodologias ativas somente produz resultados significativos quando orientada por objetivos pedagógicos claros e por um planejamento comprometido com o protagonismo dos estudantes.

Além dessas contribuições, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), desenvolvido por Rose e Meyer e sistematizado nas diretrizes do CAST (2024), oferece importantes referenciais para o planejamento de práticas pedagógicas inclusivas. Ao propor múltiplas formas de engajamento, representação e ação e expressão, o DUA amplia as possibilidades de participação de todos os estudantes e contribui para a construção de ambientes educacionais mais acessíveis, flexíveis e equitativos.

Apesar dos avanços das políticas públicas voltadas à inclusão escolar, ainda são identificados desafios relacionados à formação docente, à seleção de recursos pedagógicos acessíveis e à implementação de metodologias capazes de contemplar a diversidade presente nas salas de aula. No ensino de História, essas dificuldades tornam ainda mais relevante a discussão sobre estratégias pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento de práticas inclusivas e a efetivação do direito à aprendizagem.

Diante desse contexto, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: como os recursos multimodais podem contribuir para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas no ensino de História? Busca-se compreender de que maneira esses recursos podem ampliar as possibilidades de aprendizagem,

favorecer a participação dos estudantes e contribuir para uma educação comprometida com os princípios da inclusão.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar as contribuições dos recursos multimodais como estratégias pedagógicas para a promoção da educação inclusiva no ensino de História. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em produções científicas e documentos normativos que discutem a Educação Inclusiva, o ensino de História, a multimodalidade e o Desenho Universal para a Aprendizagem. Espera-se que os resultados contribuam para ampliar as reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas e ofereçam subsídios teóricos para professores e pesquisadores interessados na construção de um ensino de História mais acessível, democrático e socialmente comprometido.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos. O levantamento da literatura foi realizado em bases de dados científicas, incluindo Google Acadêmico, SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), além da consulta a livros e documentos oficiais relacionados à Educação Inclusiva e ao ensino de História.

A análise fundamentou-se nas contribuições teóricas de Vygotsky (2007), Freire (2021), Mantoan (2015), Moran (2013), Rojo (2012), Coscarelli (2016), Bittencourt (2018), Prats (2016), bem como na legislação educacional brasileira referente à inclusão escolar, com destaque para a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Base Nacional Comum Curricular (2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão da literatura evidenciou que a utilização de recursos multimodais constitui uma estratégia pedagógica relevante para a promoção da educação inclusiva no ensino de História. Os estudos analisados convergem ao afirmar que a aprendizagem torna-se mais significativa quando os estudantes participam ativamente da construção do conhecimento e quando o professor diversifica as formas de apresentação dos conteúdos, de interação e de avaliação, respeitando as diferentes características, ritmos e necessidades de aprendizagem (Vygotsky, 2007; Moran, 2013).

No ensino de História, essa diversificação metodológica revela-se particularmente importante, uma vez que a disciplina exige a interpretação de diferentes linguagens e fontes históricas, como documentos escritos, fotografias, pinturas, mapas, gráficos, vídeos, objetos culturais e narrativas orais. Segundo Bittencourt (2018), o ensino de História deve superar práticas centradas na memorização de fatos e datas, favorecendo a análise crítica das fontes históricas e a construção da consciência histórica. Nessa mesma perspectiva, Prats (2016) destaca que o ensino histórico deve estimular a investigação, a problematização e a compreensão das transformações sociais, aproximando o estudante da produção do conhecimento histórico.

Nesse contexto, os recursos multimodais ampliam significativamente as possibilidades de aprendizagem, pois permitem que os conteúdos sejam apresentados por diferentes linguagens e meios de representação. Imagens, jogos educativos, vídeos, mapas digitais, linhas do tempo interativas, museus virtuais e objetos educacionais digitais favorecem a participação dos estudantes e possibilitam que diferentes formas de aprender sejam contempladas durante o processo educativo. Essa perspectiva dialoga com os pressupostos dos multiletramentos, segundo os quais a escola precisa reconhecer a diversidade de linguagens presentes na sociedade contemporânea e incorporá-las ao currículo escolar (Rojo, 2012). Da mesma forma, Coscarelli (2016) ressalta que o uso das tecnologias digitais deve estar associado ao desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam autonomia, colaboração, investigação e produção de conhecimentos.

A teoria histórico-cultural de Vygotsky (2007) oferece importante sustentação para compreender o potencial pedagógico desses recursos. Para o autor, a

aprendizagem ocorre por meio da mediação realizada pelos sujeitos e pelos instrumentos culturais presentes no contexto social. Assim, os recursos multimodais podem ser compreendidos como instrumentos mediadores capazes de favorecer o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e ampliar as oportunidades de aprendizagem para estudantes com diferentes necessidades educacionais. Contudo, a literatura demonstra que esses recursos somente produzem resultados significativos quando utilizados de forma intencional, articulados aos objetivos pedagógicos e mediados pelo professor.

Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Moran (2013), que defende a reorganização das práticas pedagógicas por meio de metodologias ativas e do uso crítico das tecnologias digitais. Para Moran (2013), a inovação educacional está vinculada à ressignificação das práticas pedagógicas, por meio da organização de experiências de aprendizagem que promovam o protagonismo discente, a investigação, a problematização, a resolução de problemas e a construção colaborativa do conhecimento. Nessa perspectiva, no ensino de História, os recursos multimodais configuram-se como dispositivos pedagógicos que potencializam a análise crítica de diferentes interpretações históricas, a leitura e a problematização de múltiplas fontes documentais, bem como a elaboração de narrativas historicamente fundamentadas, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento histórico e da consciência crítica dos estudantes.

A literatura também evidencia que a utilização de recursos multimodais dialoga diretamente com os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Segundo Rose e Meyer, sistematizados nas diretrizes do CAST (2024), o planejamento pedagógico deve oferecer múltiplas formas de engajamento, representação e ação e expressão, possibilitando que todos os estudantes encontrem diferentes caminhos para acessar os conteúdos e demonstrar suas aprendizagens. Essa perspectiva desloca o foco das limitações individuais para a eliminação das barreiras presentes no currículo e nas práticas pedagógicas, contribuindo para uma educação mais acessível e equitativa.

No campo da Educação Inclusiva, Mantoan (2015) ressalta que a inclusão escolar exige mudanças estruturais nas práticas docentes e na organização do ensino, superando modelos homogêneos que desconsideram a diversidade presente

na escola. Sob essa perspectiva, os recursos multimodais representam instrumentos que favorecem a flexibilização curricular e ampliam as oportunidades de participação dos estudantes, beneficiando não apenas aqueles que compõem o público-alvo da Educação Especial, mas toda a comunidade escolar.

Entretanto, os estudos analisados também apontam limitações para a efetivação dessas práticas. Entre os principais desafios destacam-se a insuficiência da formação inicial e continuada dos professores para o trabalho com recursos multimodais, a escassez de materiais acessíveis em muitas instituições de ensino, as desigualdades no acesso às tecnologias digitais e a permanência de práticas pedagógicas centradas na transmissão de conteúdos. Esses aspectos demonstram que a incorporação de recursos multimodais, isoladamente, não garante uma educação inclusiva, sendo indispensável a articulação entre planejamento pedagógico, formação docente, políticas públicas e condições institucionais favoráveis.

De modo geral, os resultados da revisão bibliográfica permitem afirmar que os recursos multimodais constituem importantes estratégias pedagógicas para o ensino de História, uma vez que ampliam as possibilidades de mediação, favorecem diferentes formas de participação e promovem práticas educativas mais acessíveis, democráticas e significativas. Dessa forma, sua utilização, fundamentada em referenciais da Educação Inclusiva, dos multiletramentos e do Desenho Universal para a Aprendizagem, fortalece a construção de ambientes escolares comprometidos com o direito de todos os estudantes à aprendizagem e à participação.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições dos recursos multimodais como estratégias pedagógicas para a promoção da educação inclusiva no ensino de História. A partir da revisão da literatura, constatou-se que a utilização de diferentes linguagens e recursos didáticos favorece a ampliação das possibilidades de acesso ao conhecimento histórico, fortalece a participação dos

estudantes e contribui para a construção de práticas pedagógicas mais acessíveis, democráticas e significativas.

Os estudos analisados evidenciaram que a efetivação da educação inclusiva ultrapassa a garantia do acesso à escola, exigindo a reorganização das práticas pedagógicas, do currículo e dos processos de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, os recursos multimodais, quando planejados de forma intencional e articulados aos objetivos educacionais, constituem importantes instrumentos de mediação pedagógica, possibilitando que os estudantes interajam com os conteúdos históricos por meio de diferentes formas de representação, participação e expressão.

As contribuições dos autores demonstram que a aprendizagem torna-se mais significativa quando o ensino considera a diversidade presente nas salas de aula e adota estratégias capazes de reduzir barreiras à participação e à aprendizagem. Assim, a incorporação de recursos multimodais ao ensino de História deve ser compreendida como uma dimensão constitutiva do planejamento pedagógico inclusivo, orientada pelos princípios da equidade, da acessibilidade e da valorização da diversidade dos processos de aprendizagem. Nessa perspectiva, tais recursos assumem função mediadora na construção do conhecimento, favorecendo a ampliação das possibilidades de participação, interação e apropriação dos saberes históricos por todos os estudantes.

Conclui-se, portanto, que os recursos multimodais apresentam elevado potencial para fortalecer práticas pedagógicas inclusivas no ensino de História, favorecendo o desenvolvimento do pensamento histórico, da autonomia e da participação dos estudantes. Espera-se que este estudo contribua para ampliar as reflexões sobre a educação inclusiva e incentive professores e pesquisadores a desenvolverem novas práticas e investigações voltadas à construção de ambientes educacionais cada vez mais acessíveis, participativos e comprometidos com a garantia do direito à aprendizagem de todos.

REFERÊNCIAS

BACICH, L.; MORAN, J. (org.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CAST. *Universal Design for Learning Guidelines version 3.0*. Wakefield: CAST, 2024.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* 2. ed. São Paulo: Summus, 2015.

MORAN, J. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. 5. ed. Campinas: Papirus, 2013.

ROJO, R.; MOURA, E. (org.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola, 2012.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.